

que é descrito e aplicado em quatro estudos de caso de difusão em organizações de saúde, nos capítulos finais. Recomendações práticas acompanham a descrição do modelo, tendo em vista futuras adaptações. O leitor pode ainda se beneficiar de sugestões de pesquisa desenvolvidas ao longo do trabalho e, nos apêndices, de um detalhamento adicional dos estudos empíricos pesquisados, que são listados e descritos sistematicamente numa variedade de categorias de revisão bibliográfica, entre as quais se incluem resumos dos procedimentos de coleta de dados, sínteses dos resultados principais e comentários dos autores.

A leitura de *Diffusion of Innovations in Health Service Organisations: A Systematic Literature Review* oferece elementos para uma avaliação acurada da importância da difusão de inovações na implantação de melhores práticas nas organizações prestadoras de serviços de saúde. Em que pese essa importância, é preciso sublinhar que a literatura de pesquisa sobre difusão de inovações tem sido alvo de críticas de pesquisadores comportamentais a flagrantes debilidades teóricas, conceituais e metodológicas encontradas nos modelos dominantes<sup>8,9,10</sup>. A insuficiente densidade teórica, a relativa despreocupação dos pesquisadores da área para com a operacionalização dos conceitos, e a precária metodologia de coleta de dados (caracteristicamente baseada em levantamentos verbais, *post-hoc*, de lembranças pessoais das circunstâncias da adoção) são três aspectos importantes dessas críticas. Os autores do livro estão conscientes de tais limitações, embora passem ao largo de uma abordagem propriamente comportamental e metodologicamente mais rigorosa.

Seja como for, as publicações revisadas pelos autores são representativas do estado da arte da pesquisa na área, o que torna a obra uma referência única no seu gênero para gestores, profissionais e pesquisadores com interesse no tema da inovação na área da saúde.

João Bosco Jardim  
Centro de Pesquisa René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, Brasil.  
jardim@cpqrr.fiocruz.br

8. Pennypacker HS. The challenge of technology transfer: buying it without selling out. *Behav Anal* 1986; 9:147-56.
9. Stolz SB. Adoption of innovations from applied behavioral research: does anybody care? *J Appl Behav Anal* 1981; 14:507-11.
10. Winett RA. *Information and behavior: systems of influence*. Hillsdale: Erlbaum; 1986.

**ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E ACESSO A MEDICAMENTOS.** Oliveira MA, Bermudez JAZ, Osório-de-Castro CGS. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz; 2007. 112 p.

ISBN: 978-85-7541-131-5

Os autores do livro *Assistência Farmacêutica e Acesso a Medicamentos* recuperam fatos históricos, legislação, questões éticas e de direitos humanos que ajudam a compreender os determinantes econômicos e políticos para assegurar a equidade, o direito à saúde e o acesso aos medicamentos, bem como o incremento e a qualificação das ações envolvidas na assistência farmacêutica.

O livro está estruturado em quatro capítulos e aborda de forma clara e objetiva o conceito e definição de assistência farmacêutica, seja na prática gerencial no provimento de medicamentos (*acesso*), seja na prática clínica (*cuidados farmacêuticos*) em todas as etapas constitutivas do ciclo de assistência farmacêutica. As atividades desenvolvidas na assistência farmacêutica, segundo a Política Nacional de Medicamentos<sup>1</sup>, têm como objetivo precípuo garantir o acesso da população a medicamentos essenciais de qualidade, promovendo, dessa forma, seu uso racional. A obra também traz importante contribuição para o debate sobre a inexistência, fragilidade, inconsistência e insuficiência de aplicação de recursos e investimentos na pesquisa e desenvolvimento de inovações terapêuticas e na implementação de programas de saúde voltados ao atendimento das necessidades dos países em desenvolvimento, o que atravança o acesso a medicamentos de grandes contingentes populacionais que mais precisam de tais insumos em saúde. Além disso, os autores discorrem sobre o sistema internacional de propriedade intelectual e suas implicações no acesso a medicamentos essenciais.

No primeiro capítulo, *Assistência Farmacêutica: Campo Conceitual e de Prática*, a definição de assistência farmacêutica proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – “*assistência farmacêutica como um grupo de serviços e atividades relacionados com o medicamento, destinados a apoiar as ações da saúde que demanda a comunidade, os quais devem ser efetivados através da entrega expedita e oportuna dos medicamentos a pacientes hospitalizados e ambulatoriais, garantindo os critérios de qualidade na farmacoterapia*” (p. 14) – é utilizada pelos autores para discorrer sobre os conceitos e diretrizes referentes à implementação das atividades relativas à assistência farmacêutica no Brasil, respaldada pela homologação da Política Nacional de Medicamentos.

Os autores referem que a assistência farmacêutica é um processo dinâmico e multidisciplinar, que visa a abastecer os sistemas, programas ou serviços de saúde com medicamentos de qualidade, viabilizando, consequentemente, o acesso de pacientes a medicamentos

1. Buss PM. Inovação tecnológica em saúde na Fundação Oswaldo Cruz. *Hist Cienc Saude-Manguinhos* 2003; 10 Suppl 2:836-42.
2. Caetano R, Vianna CDM. Processo de inovação tecnológica em saúde: uma análise a partir da organização industrial. *Cad Saúde Colet (Rio J)* 2006; 14:95-112.
3. Gadelha CAG. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. *Ciênc Saúde Coletiva* 2003; 8:521-35.
4. Bandura A. *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall; 1986.
5. Oldenburg B, Parcel GS. Diffusion of innovations. In: Glanz K, Rimer BK, Lewis FM, editors. *Human behavior and health education: theory, research and practice*. 3<sup>rd</sup> Ed. San Francisco: Jossey-Bass; 2002. p. 312-34.
6. Rogers EM. *Diffusion of innovations*. 4<sup>th</sup> Ed. New York: Free Press; 1995.
7. Ryan B, Gross NC. The diffusion of hybrid seed in two Iowa communities. *Rural Sociol* 1943; 8:15-24.

dos quais necessitam. Ressaltam a importância do farmacêutico como profissional da saúde essencial na garantia do acesso a medicamentos e uso racional destes<sup>2</sup>, lembrando que, para garantir esse acesso e a assistência farmacêutica, precisa-se de profissional qualificado. Apontam, portanto, a necessidade de capacitação de gestores e profissionais envolvidos em todas as atividades clínicas (prescrição, dispensação, incluindo atenção farmacêutica, administração, seguimento e adesão) e gerenciais (seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição) relacionadas à assistência farmacêutica.

Os medicamentos constituem, na grande maioria dos casos, a intervenção terapêutica com maior relação custo-efetividade, desde que prescritos e utilizados de forma racional. Por outro lado, no que tange ao acesso a medicamentos, é patente a iniquidade entre o consumo de medicamentos e distribuição demográfica, sendo 80% dos medicamentos consumidos por 18% da população que vive em países desenvolvidos (América do Norte, Europa e Japão).

No capítulo dois, *Acesso a Medicamentos: Tema da Agenda Política Internacional*, os autores discutem a inserção desse tema na agenda internacional da saúde e do comércio. Ressaltam a importância da garantia do acesso a medicamentos essenciais, pois resulta na melhoria da qualidade de vida dos pacientes, e pontuam que o acesso passa pela independência tecnológica e econômica dos produtores de matérias-primas. Nesse contexto, um aspecto a ser observado é que, embora as patentes sejam necessárias para estimular o desenvolvimento e investimento em inovações, é fato incontestável que elas inibem concorrência e permitem a prática de preços exorbitantes, interferindo, portanto, no acesso a medicamentos. Essa é uma questão extremamente relevante e os autores, além de sugerirem uma reflexão sobre suas imbricações, estimulam um incremento na discussão quanto à necessidade de um equilíbrio entre direitos dos detentores de patentes e direitos ao acesso por parte dos usuários que necessitam de tais inovações terapêuticas.

Outro tema abordado ainda no capítulo dois é que o atual cenário do sistema de desenvolvimento, produção de medicamentos e incorporação destes à assistência à saúde tem destinado grande investimento para a produção de medicamentos contra doenças globais que prevalecem em países desenvolvidos. A pesquisa e desenvolvimento de medicamentos são destinados a medicamentos não essenciais (para doenças negligenciadas), ou seja, prevalecem os interesses econômicos sobre os da sociedade. Logo, urge que se invistam recursos na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos e em programas de saúde para as doenças negligenciadas, que atualmente contam com poucas opções terapêuticas, sendo estas caracterizadas por pouca efetividade e alta prevalência de efeitos adversos.

No capítulo três, *O Que é Política Nacional de Medicamentos?*, os autores discutem conceitos, componentes e objetivos da Política Nacional de Medicamentos, ressaltando que sua elaboração pelos países deve estar de acordo com orientações da OMS, fruto de construção coletiva e sustentada na tríade "acesso, assistência farmacêutica e uso racional". O acesso a medicamentos essenciais, atrelado à qualidade e ao uso racional destes, é o objetivo principal da Política Nacional de Medicamentos. Segundo a OMS, *medicamentos essen-*

*ciais* são aqueles imprescindíveis, que são básicos, indispensáveis e acessíveis a todo momento, nas doses apropriadas, para todos os segmentos da sociedade. Sendo assim, devem estar disponíveis no sistema de saúde, em quantidade apropriada, com qualidade assegurada e a um preço que o indivíduo e a comunidade possam pagar.

Na cadeia de serviços de saúde, a assistência farmacêutica é um instrumento estratégico e deve ocorrer por meio de ações que tenham como alvos precípuos o acesso, a qualidade e o uso racional, garantindo a sustentabilidade do sistema. Como desafios, os profissionais envolvidos nesse campo enfrentam capacitação e qualificação nos aspectos relacionados ao desenvolvimento de atividades de natureza clínica e gerencial. Com a homologação da *Constituição Federal* brasileira, de 1988, suscitou-se a necessidade de implementação de políticas de saúde que envolvam atividades, bem como insumos em saúde que melhorem a qualidade de vida da população.

No capítulo quatro, *Assistência Farmacêutica no Brasil: da PNM ao Pacto de Gestão*, os autores fazem uma retrospectiva histórica do "ressurgimento" da assistência farmacêutica no Brasil e descrevem os desafios e obstáculos a serem vencidos para que sejam assegurados não só a equidade, o direito à saúde e o acesso aos medicamentos, como também o incremento e a qualificação das ações envolvidas na assistência farmacêutica.

Enfim, o livro *Assistência Farmacêutica e Acesso a Medicamentos* proporciona aos leitores, de forma objetiva e bem estruturada, a contextualização de questões relacionadas tanto ao processo de elaboração, conteúdos e componentes da Política Nacional de Medicamentos, quanto a atividades da assistência farmacêutica e acesso a medicamentos essenciais no sistema de saúde. O mérito do livro está na habilidade dos autores em construir argumentos bem fundamentados de que, apesar do árduo e complexo desafio, lutar pela garantia e qualidade da assistência farmacêutica e acesso a medicamentos resulta na melhoria das condições de saúde e vida da população. Tal ponto de vista corrobora o de Bolzan<sup>3</sup> (p. 7), para quem "*o medicamento é um instrumento para a saúde, cujo acesso deve ser universal e garantido pelo Estado. O custeio da assistência farmacêutica não é gasto em saúde, mas investimento!*".

Lucimar Filot da Silva Brum  
Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Brasil.  
lucimarfilot@yahoo.com.br

1. Ministério da Saúde. Portaria nº. 3.916, de 30 de outubro de 1998. Diário Oficial da União 1998; 10 nov.
2. Organización Mundial de la Salud. El papel del farmacéutico en el sistema de atención de salud. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud; 1993.
3. Bolzan LC. Apresentação. In: 1ª Conferência Estadual de Medicamentos e Assistência Farmacêutica. Porto Alegre: Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul; 2003. p. 7. (Caderno de Textos).